

## CADERNO DE ENCARGOS

(Artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos)

### CONSULTA PRÉVIA

#### PARTE I – DO CONTRATO

##### Cláusula 1.ª

###### Objeto

1. O presente Caderno de Encargos tem por objeto disciplinar as relações contratuais entre a entidade adjudicante e o adjudicatário, mediante a fixação dos termos do **fornecimento contínuo de gasóleo aditivado a granel** para o Município de Penela, ao abrigo do Acordo-Quadro 08/2021 – Acordo-Quadro para Fornecimento de Combustível Rodoviário, da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, designadamente o seu Lote 2, celebrado nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. O fornecimento dos bens mencionados no ponto anterior, será realizado nos termos constantes das peças de procedimento do Acordo Quadro ao abrigo do qual é promovido o presente procedimento e ainda do Convite, do presente Caderno de Encargos e da proposta do cocontratante, que farão parte integrante do contrato a celebrar.
3. A entidade adjudicante estima a necessidade do fornecimento de 60 000 (sessenta mil) litros de gasóleo aditivado a granel, sendo esta quantidade meramente indicativa, não vinculando a entidade adjudicante à sua efetiva aquisição.

##### Cláusula 2.ª

###### Contrato

4. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
5. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
6. Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do Acordo-Quadro mencionado na Cláusula 1.ª.

7. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo de execução do contrato**

Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato entra em vigor na data da sua outorga e cessa a sua vigência logo que seja atingido o primeiro dos seguintes limites:

- a) O prazo de 1 (um) ano;
- b) O valor contratual.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar a execução do contrato**

Não existem quaisquer pareceres prévios, licenciamentos ou autorizações que possam condicionar a execução do contrato.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Obrigações principais do adjudicatário**

- 1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
- 2. Constituem obrigações do adjudicatário as previstas no caderno de encargos do Acordo-Quando mencionado na Cláusula 1.ª.
- 3. Constituem, ainda, obrigações do adjudicatário:
  - a) Entregar os bens objeto do contrato e identificados na sua proposta nos locais definidos pela entidade adjudicante, cumprindo integralmente o indicado nas Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos;
  - b) Cumprir todas as condições fixadas para o fornecimento dos bens, bem como as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade;
  - c) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante;
  - d) Prestar as informações que forem solicitadas pela entidade adjudicante;

- e) Comunicar, antecipadamente, à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a o fornecimento dos bens objeto do presente procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
  - f) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos, patentes e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
  - g) Assumir os encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes ou licenças;
  - h) Proceder à imediata reparação de erros ou deficiências dos bens.
4. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à execução do contrato.
5. O adjudicatário é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante decorrentes de quaisquer erros ou omissões na entrega dos bens.
6. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
7. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local da entrega são da responsabilidade do adjudicatário, incluindo mão-de-obra.
8. O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e informáticos necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Obrigações da entidade adjudicante**

Constitui obrigação da entidade adjudicante pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Patentes, licenças e marcas registadas**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Alterações ao contrato**

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. O contrato pode ser alterado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

#### Cláusula 9.ª

##### Cessão da posição contratual

Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos estabelecidos no caderno de encargos do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários

#### Cláusula 10.ª

##### Subcontratação

1. O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

#### Cláusula 11.ª

##### Preço base

1. O valor do contrato, enquanto valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, é de **€ 70.000,00 (setenta mil euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, o qual inclui todos os custos, encargos e despesas associadas à integral execução do contrato, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.
2. O valor indicado no número 1 foi calculado de acordo com o histórico do total de abastecimentos realizados no ano de 2024 e as quantidades (litros) de gasóleo necessários para o ano de 2024, acrescido de 15% para eventuais acréscimos nas necessidades que se venham a verificar e flutuações nos preços.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Preço e condições de pagamento**

1. Pelo fornecimento do gasóleo a granel, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o preço relativo às quantidades efetivamente requisitadas/encomendadas e fornecidas, com o respetivo desconto de acordo com a proposta adjudicada, até ao limite do valor referido na cláusula anterior, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas associadas ao integral fornecimento dos bens, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ou outras.
3. A quantidade de gasóleo indicada no presente caderno de encargos é estimada, podendo variar durante o período de vigência do contrato, pelo que a entidade adjudicante não se encontra vinculada à aquisição da quantidade (por excesso ou defeito) referida.
4. A entidade adjudicante procederá, única e exclusivamente, ao pagamento da quantidade de gasóleo que efetivamente venha a requisitar/encomendar junto do adjudicatário e que, efetivamente, venha a ser fornecida.
5. A quantia devida pela entidade adjudicante nos termos do disposto na presente cláusula deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após a entrega efetiva dos bens, após cada fornecimento.
6. Nas faturas deverá ser indicado:
  - a) A quantidade de gasóleo (litros) fornecida;
  - b) Número de compromisso;
  - c) IBAN, para efeitos de transferência bancária;
  - d) Documentação de suporte (quando necessária).
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Caução**

Não haverá lugar à prestação de caução, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**

**Boa-fé**

As partes obrigam-se a atuar de boa fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**

**Uso de sinais distintivos**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

**PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**

**Receção dos bens a adquirir ao abrigo do contrato**

1. A entidade adjudicante deverá proceder à análise e verificação da conformidade dos bens no prazo de 5 (cinco) dias, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos do Acordo-Quadro, no presente caderno de encargos, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise da entidade adjudicante a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos do Acordo-Quadro e/ou no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.
4. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo fornecedor, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede a nova análise, nos termos do n.º 1 do presente artigo.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**

**Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do contrato em conformidade com o caderno de encargos do Acordo-Quadro e com as especificações do presente caderno de encargos, tendo em conta a respetiva natureza e o fim a que se destinam.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Local e prazo para entrega**

1. Os bens objeto do contrato deverão ser entregues no Parque Logístico Municipal, sito na EM558, Zona Industrial de Penela, no depósito existente, com capacidade máxima de 15 000 (quinze mil) litros, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após a requisição/encomenda da entidade adjudicante.
2. A carga da cisterna deverá vir em tanques selados.

### **PARTE III – DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Sanções**

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do previsto no Acordo-Quadro.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Resolução sancionatória por incumprimento contratual**

1. O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato, nos termos do previsto no Acordo-Quadro.
2. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do disposto no artigo anterior.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

- 4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deve comunicar imediatamente e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para o cumprimento da obrigação em falta.
- 5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
- 6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**

**Comunicações e notificações**

- 1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
- 2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, para o endereço da entidade adjudicante.



**Cláusula 23.<sup>a</sup>**

**Cláusula arbitral e foro competente**

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
2. A arbitragem será realizada nos termos definidos no Caderno de Encargos do Acordo-Quadro referido na cláusula 1.<sup>a</sup>.

**Cláusula 23.<sup>a</sup>**

**Gestor do contrato**

Nos termos do estipulado no artigo 290º-A do CCP a entidade adjudicante procederá à designação do gestor do contrato que constará, obrigatoriamente, do clausulado do contrato a celebrar.

**Cláusula 24.<sup>a</sup>**

**Dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Penela, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deve prestar ao contraente público, a solicitação deste, todas as informações que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante que respeitem a elementos técnicos na sua posse, cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
5. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação, por parte de particulares, sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.
6. O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

7. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Proteção de Dados**

1. O adjudicatário é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
2. A entidade adjudicante, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o adjudicatário para este, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
3. Caso o adjudicatário não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a entidade adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do adjudicatário, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
4. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao adjudicatário, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do adjudicatário, este deverá, no prazo de 10 (dez) dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à entidade adjudicante.
6. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a entidade adjudicante resolver o contrato.
7. Caso o adjudicatário impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente cláusula, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, por incumprimento muito grave do adjudicatário.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Direito aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Acordo-Quadro referido na cláusula 1.<sup>a</sup>, do CCP e demais legislação aplicável.